

# Representações fotográficas na ‘Cidade Perfume’<sup>1</sup>

Natalia Azevedo Crivello<sup>2</sup>

## 1 - Nova Iguaçu, representações mentais de um local herdado

### Introdução

Descrições a respeito de cidades estão sempre presentes nos escritos de viajantes. Descrições de bairros, referências a certos lugares e áreas são constantes nos relatos de memorialistas e textos de literatos. Pontos de referência ao leitor, bem como algo relacionado à sua permanência ou formas de traçado urbano e edificações, ou mesmo de sua rápida transformação, fazem da materialidade dos núcleos urbanos um suporte à memória, recorte preciso com contornos apreensíveis, capaz de orientar o conhecimento ou o reconhecimento dos que por elas passam ou moram (BRESCIANNI, 2003, p. 238):

O “centro” de Nova Iguaçu, instalado na parte mais antiga da aglomeração, corresponde, aproximadamente, à área ocupada pelo núcleo laranjista, que se transformou no coração da Nova Iguaçu atual. Este, ocupa grande parte da rua da estação e das duas vias a ela paralelas na direção da planície, assim como certo trecho das três transversas que vêm ter à área ocupada pela estação. Aí se concentram os órgãos políticos, administrativos e de classe, os bancos, as diversões e as profissões liberais assim como o comércio varejista, numeroso e variado, apresentando tendência para padrões mais elevados. (...) O centro, salienta-se portanto, do resto da aglomeração, pelo tipo e pela

---

<sup>1</sup> Cidade Perfume é como os moradores chamavam o município de Nova Iguaçu - localizado na região conhecida como Baixada fluminense ou Recôncavo Guanabará, no Estado do Rio de Janeiro - desde finais do século XIX até início do XX. Essa denominação é decorrente de a cidade ter abrigado em suas terras lavouras de laranjas. Os odores cítricos exalados no momento da colheita perfumavam a atmosfera local, rendendo à cidade o delicado apelido.

<sup>2</sup> Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em História Social do Território da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Este artigo é parte do material apresentado em minha Banca de Qualificação de Mestrado.

antiguidade das construções, PIS é constituído de prédios antigos, sobrados na parte mais próxima da estação, e pequenas lojas térreas, oriundas geralmente da transformação das residências. (SOARES, 1962, p.225 e 228)

Assim as cidades são uma experiência visual, uma referência estética, mas um lugar impregnado de significados acumulados através do tempo, uma produção social sempre relacionada a algumas de suas formas de inserção topográfica ou particularidades arquitetônicas (BRESCIANNI, op cit, p.237) ou ainda a um caráter civilizatório em contraponto com a idéia do campo:

Nos tempos da Renascença a cidade era sinônimo de civilidade, o campo de rudeza e rusticidade, [era mesmo considerada] o berço do aprendizado, das boas maneiras, do gosto e da sofisticação. John Locke, no século XVII, afirma que os habitantes ‘civis e racionais’ das cidades contrastavam com os moradores ‘irracionais e ignorantes dos bosques e florestas’ (THOMAS, apud BRESCIANNI, 2003, p.240)

Ao tentar perceber as relações que se travam em uma cidade – Nova Iguaçu – no período delimitado – 1930 a 1940 – não nos propomos conceber as transformações da cidade que deixa de ser essencialmente agrária e transforma-se gradativamente em núcleo urbano, numa tentativa de opor a urbe a uma suposta vida campestre idealizada. O objetivamos entender a localidade dentro de sua lógica própria, as relações de poder, bem como as representações simbólicas efetuadas. Para tal utilizaremos como fontes imagens fotográficas<sup>3</sup> de Nova Iguaçu da década de 1930. Nossas imagens retratam transformações urbanas, construção de novos prédios, o grupo citricultor, as casas de beneficiamento de cítricos – as *pecking houses*, a população local.

---

<sup>3</sup> Neste artigo as imagens não foram inseridas para análise pois estão passando por processo de digitalização por parte da instituição detentora de sua guarda. Sendo aceito o trabalho no simpósio, e no momento de revisão dos textos, serão anexadas e discutidas.

## **2 - Nova Iguaçu e Velha Iguassú, discussão conceitual ou obsessão pelo ídolo das origens<sup>4</sup>?**

Este estranho hábito de denominar os lugares remotos como ‘novas’ versões de ‘velhos’ topônimos em suas terras de origem foi posto em prática pelos europeus, no momento de conquista de suas colônias pelo mundo. Não que a adoção do adjetivo ‘novo’ para nomeação de locais políticos ou religiosos fosse original, entretanto a questão é que, em geral, o uso desta qualificação tem a intenção de classificar determinado local como sucessor, herdeiro, ou mesmo antagonico de algo desaparecido.<sup>5</sup>

Segundo Benedict Anderson (2008, p.256), este binômio ‘novo-velho’ era, no contexto do continente americano dos séculos XVI a XVIII entendido de forma sincrônica, simultaneamente na América e na Europa. Dentro desse ‘senso de paralelismo’, era necessário que existisse a distância transoceânica entre os grupos paralelos, de forma que o mais novo tivesse um tamanho considerável e fosse estabelecido de forma duradoura, além de estar solidamente subordinado centro metropolitano, mais velho. Dentro desta perspectiva, várias cidades surgem: New York, Nueva Leon, Nouvelle Orléans, Niew Amsterdam.

Nossa pesquisa inicia-se a partir deste questionamento. Como compreender determinado recorte temporal histórico de uma localidade cujo nome é precedido pelo adjetivo “Nova”? Para isso é necessário um recuo histórico para entendimento de todo um processo a ser estudado ou isso simplesmente se configuraria na famosa obsessão e reprodução do mito das origens?

---

<sup>4</sup>Nos referimos à crítica de François Simiand aos historiadores Paul Lacombe e Charles Segnobos. Segundo Simiand, os historiadores são obcecados pelos problemas do método, que se constituiria, apenas num ‘procedimento de conhecimento’. Dessa forma os procedimentos sobre os quais se fundavam as ambições e certezas da ciência histórica não permitiam qualificá-la como ciência. Dentre os três pontos da crítica, Simiand, em referência a Bacon, denomina os ‘ídolos da tribo dos historiadores’: o ídolo político, o ídolo individual e o Ídolo Cronológico. Cf em História e Ciências Sociais, leituras de um debate francês. In: REVEL, Jacques. Proposições: ensaios de história e historiografia. RJ: EdUERJ, 2009. Este último, o ídolo cronológico é, segundo Simiand “o hábito de perder-se nos estudos das origens, em investigações de diversidades singulares, em vez de estudar e de compreender em primeiro lugar o tipo normal, procurando-o e determinando-o na sociedade e época em que se encontra” (REVEL, op cit, p. 23)

<sup>5</sup> A respeito desta discussão, conferir o capítulo Memória e Esquecimento, em ANDERSON, B (2008). p.256

Ao optarmos por esse breve recuo, nosso objetivo não é escrever em nome dos mortos, de maneira que a história seja para estes um magistrado<sup>6</sup> que os compense, preservando sua memória (MICHELET apud ANDERSON, 2008 p.270), não nos inserimos neste regime de historicidade. Entretanto, consideramos necessário retornar ao surgimento de Iguazu para contrapor nos capítulos seguintes os motivos que levariam que o novo núcleo de Iguazu, fosse denominado em 1916<sup>7</sup> de Nova Iguazu, a algumas idéias estabelecidas que constam da bibliografia dos memorialistas locais e são, em geral, tomados como verdades absolutas. Quando os memorialistas realizam esse movimento, recorrem às origens na tentativa de conceber uma continuidade histórica através da criação de um passado antigo que extrapole a continuidade histórica real.

Longe de tomar a região estudada como uma realidade naturalmente dada, a pensamos a partir de uma construção social, em que o território é produto das relações humanas que constroem as territorialidades baseando-se em princípios de organização que modelam o território, sendo inclusive adaptados a outros lugares onde uma população possa se fixar como aconteceu em Iguazu. As fronteiras, nas palavras de Bourdieu (2010, p. 114) nunca são mais que produtos de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na ‘realidade’ segundo os fundamentos que ela reúne, sendo que, essa ‘realidade’ é social de parte a parte e as classificações mais naturais apóiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária. Levemos, ainda, em consideração que o que faz a região não é o espaço, mas sim o tempo, a história. (BOIS apud BOURDIEU, 2010, p.115) Segue a história.

Segundo a tradição memorialista local, o território hoje conhecido como Nova Iguazu pertencia, ainda no século XVI a uma sesmaria concedida à Braz Cubas (1568),

---

<sup>6</sup> Segue a citação completa: “Sim, cada morte nos deixa um pequeno bem: sua memória, e exige que cuidemos dela. Para aqueles que não têm amigos, é preciso que um magistrado os compense. Pois a lei e a justiça são mais fiéis do que todas as nossas ternuras esquecidas, nossas lágrimas que secam num instante. Esse magistrado é a história. E os mortos são, parafraseando o direito romano, *miserabiles personae* com que o magistrado deve se preocupar. Nunca, em minha carreira, perdi de vista esse dever do historiador. Conferi a uma porção de mortos demasiadamente esquecidos a ajuda de que eu próprio irei precisar. Exumei-os para uma segunda vida [...] Hoje eles vivem entre nós como nossos parentes e amigos. Assim se faz uma família, uma cidade comum entre vivos e mortos” , Jules Michelet, Oeuvres complètes, XXI, p.268, no prefácio do volume 2 (“Jusquau 18e Brumaire” da inacabada Histoire di XXie siècle, apud ANDERSON, 2008, p. 270)

<sup>7</sup> Lei 1.331 de 9 de novembro de 1996, de autoria do deputado Manoel Reis.

do território da Capitania de Martim Afonso de Souza. A povoação desse território deu-se a partir da instalação às margens dos rios que desembocavam na Baía da Guanabara, no início do século XVIII. O principal rio, o Iguaçú, através do porto construído às suas margens, possibilitava o intercâmbio de mercadorias provindas de vários lugares do Brasil e principalmente da corte do Rio de Janeiro (PEREIRA, 197, p.12)

A então Vila de Iguaçú teve seu auge econômico no segundo quartel do século XIX em decorrência da construção da Estrada Real do Comércio. Este caminho, em conexão com o porto construído no povoado atendia a exportação do café advindo do interior da província do Rio de Janeiro e que era escoado à corte pelo porto do povoado (PEREIRA: 1977, p.85-87). Também era utilizado no transporte de produtos importados da Inglaterra. A construção deste ‘Caminho do Café’ foi vetor importante na obtenção da autonomia municipal em 1833. Nos portos e freguesias da Baixada Fluminense, as fortunas se faziam simplesmente através da compra, venda e armazenagem do café, propiciando o surgimento de um grupo de grandes atravessadores.

A partir de 1858, a Região de Iguaçú demonstra efetivos sinais de decadência devido a epidemias de malária e cólera que acometem a região, causando o abandono dos moradores<sup>8</sup>, bem como com a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II. Esta deslocou o eixo do transporte do café e dos produtos do porto de Iguaçú para seus trilhos que passavam pelo Engenho de Maxambomba (atual região central do município), território localizado no sopé do maciço do Gericinó<sup>9</sup> (Serra de Madureira), distante das terras alagadiças e impalúdicas do município.

A decadência da Vila desencadeou um processo de re-ordenamento da ocupação espacial, o que fez surgir outra centralidade populacional em decorrência da expansão ferroviária: em 1891 a sede do município é oficialmente transferida das Margens do rio Iguaçu para Maxambomba. Ainda nas últimas décadas do século XIX, inicia-se em Maxambomba das primeiras mudas da laranja, contudo, ainda não se sabe ao certo

---

<sup>8</sup> Nossa intenção não é “dar demasiada importância a Fenômenos físicos” , nesse caso, as epidemias parecem ter sido motivos que causariam uma decadência, “ como se o Estado não intervisse, como se os movimentos de capitais ou as decisões de grupo não produzissem efeitos” (BOURDIEU, 2010, p.108), o que é percebido com a instalação de uma via férrea.

<sup>9</sup> O Maciço do Gericinó-Mendanha abrange as serras de Madureira, Marapicu, Gericinó e Mendanha e localiza-se na atual região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, nos atuais municípios do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu e Mesquita.

quem iniciou a citricultura no município<sup>10</sup>. Segundo a tradição memorialista local, o fenômeno da laranja conservou a autonomia municipal marcada pela influência econômica dos laranjeiros que constituíam uma classe sucedânea à dos barões da cana e do café (PEREIRA, 1977, p. 118) e que teriam visto na adição do adjetivo nova uma possibilidade de se tornarem herdeiros ou mesmo classe adversária do antigo grupo dominante.

Neste momento, longe de confirmarmos ou contradizer que os laranjeiros são herdeiros ou adversários de uma suposta classe dominante decadente, nos interessa a visão do discurso regionalista desenvolvido pelos memorialistas, performativo, que sugere impor como legítima uma nova definição das fronteiras – no caso a transplantação da sede do município das margens do rio para a borda da ferrovia - o que por si só visa impor, fazer conhecer a região delimitada, legitimando seus limites contra uma possível definição dominante, reconhecida e legítima que a ignora (BOURDIEU, 2010, p. 116). Neste caso, à nova definição das fronteiras da localidade, tem-se a adição do adjetivo *Nova* ao nome original. Talvez numa tentativa de recuperar na nova territorialidade os aspectos áureos da antiga ou mesmo de reconstruir uma nova realidade social de modo a anunciar ou a criar identidades aos moradores locais.

Segundo Bourdieu (2010, p.116), a eficácia do discurso é proporcional à autoridade daquele que o enuncia, e um memorialista local tem o seu respeito e admiração cativos dentro de uma localidade, é considerado um portador do saber, aquele que conhece as origens. Desta forma, o ato de magia social que consiste em tentar trazer à existência a coisa nomeada pode resultar se aquele que realiza for capaz de fazer reconhecer à sua palavra o poder que ela se arroga por uma usurpação provisória ou definitiva, o de impor uma **nova** visão a uma nova divisão do mundo social (grifo nosso). No caso estudado essa nova visão de mundo social representado pela tradição memorialista “é aquela que abole a velha designação desprestigiada pelo tempo e inaugura uma época totalmente nova” (ANDERSON, 2008, p.264) na qual a classe laranjeira é protagonista.

---

<sup>10</sup> Em Editorial do Jornal Correio da Lavoura datado do ano de 1926, Luiz Martins de Azeredo escreve o seguinte: “Não se pode determinar ao certo a época em que a cultura da laranja assumiu caráter comercial nestes Municípios (...) Contudo, pode-se adiantar que essa época não fica muito longe e, segundo o aspecto dos antigos laranjais que ainda hoje produzem, de datar de uns vinte anos aproximadamente”

### 3 - Nova Iguaçu, a construção de um local herdado.

Em decorrência de que as dimensões escalares do espaço geográfico e conseqüentemente social sofreram mudanças com as transformações econômicas, sociais e políticas gerada pelo processo de globalização, alguns estudiosos inclusive afirmam que a falência de projetos de desenvolvimento regional tornaram essa escala obsoleta. Outros afirmam que as reformulações pelas quais passou o Estado-Nação colocam em questão a escala nacional em detrimento do local. (SILVA, 2008, p.70).

Em seu *A questão local* (2001) Alain Bourdin propõe uma visão crítica sobre a tendência da contemporaneidade de cometer usos e abusos do local. Ele constata uma dificuldade que os cientistas sociais têm em construir um paradigma do local. Nosso objetivo não é seguir esse debate, mas considerar que especificidades locais ou regionais inseridas a longo prazo nos permite construir representações no âmbito macro e que também as especificidades no âmbito macro atingem diretamente no local de uma forma dialética. Isso nos permite dizer que ao tentarmos compreender especificidades de Nova Iguaçu em seu período admitimos que possui uma dinâmica própria, porém que não está isolada no espaço e no tempo, fechada em relação a uma realidade nacional.

Para tentarmos compreender o local e suas relações de poder, o conceituaremos como poder exercido econômica, social, cultural e simbolicamente, nas palavras de FISCHER:

A noção de 'local' contém duas idéias complementares em um sentido e antagônicos em outro. Se o 'local' refere-se a um âmbito espacial delimitado e pode ser identificado como base, território, microrregião e outras designações que sugerem constância e certa inércia, contém igualmente o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se articulam e se opõem em relação a interesses comuns. E, assim, invariavelmente a análise do local remete ao estudo do poder enquanto relação de forças, por meio das quais se processam alianças e os confrontos entre atores sociais, bem como ao conceito de espaço delimitado à formação de identidades e práticas políticas específicas. No entanto, se o espaço local tem fundamento territorial inegável, não se resume a este, como aliás, assinalam os geógrafos ao nos dizerem das muitas maneiras de se construir os espaços, refutando fronteiras institucionais e reconstruindo-as em função de problemáticas adotadas. (FISCHER, 1992, p.106)

Destarte, Nova Iguaçu insere-se dentro do que no Brasil remete ao local – a municipalidade, a prefeitura, o lugar de exercício de poder, as instituições sociais a ela vinculada, as relações de força travadas pelas classes ou frações de classe no campo político e mesmo simbólico na tentativa de espaços por exercício deste poder. Em Nova Iguaçu esses componentes, acabam por ter certo poder sobre a região e seus populares à medida que vão transferindo às novas gerações sua forma de agir e pensar, de maneira a consolidar a hegemonia nas decisões locais, gerando uma espécie de identidade local:

[Esses grupos] [...] se representam como portadores da tradição local e do esclarecimento, razão pela qual se percebem como responsáveis pela condução do município e pelo seu futuro. [...] Na medida em que sua constituição se dá no nível simbólico [são formados] por agentes sociais de raízes heterogêneas: profissionais liberais, membros do empresariado local, das classes médias assalariadas do município. (DANIEL, 1988, p. 30)

#### **4 - O despontar da Modernidade**

A aproximação do Brasil, na segunda metade do século XIX, à economia de mercado impulsionou grandes transformações na sociedade e no estado nacional. Sobretudo a partir da integração do país à economia capitalista em fase de expansão, verificam-se os principais movimentos capazes de propiciar esta aproximação: economicamente, é o momento de valorização do café como produto para exportação e dos investimentos do capital inglês em ferrovias, comunicações, serviços urbanos e comércio; socialmente, é o período da extinção da escravidão e da promoção da imigração de europeus; politicamente, é a época da reformulação do sistema de pesos e medidas, as relações Estado-Igreja, e a publicação do manifesto republicano.<sup>11</sup>

Essas alterações foram possíveis devido a novas idéias que vinham renovando o pensamento brasileiro como o evolucionismo, o materialismo, o positivismo. De acordo com José Murilo de Carvalho (1999), essas alterações fomentaram a modernização conservadora das anos 1930.

---

<sup>11</sup> CARVALHO, José Murilo. Brasil 1870 – 1914: a força da tradição IN: Pontos e Bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1999.

Segundo Marly Motta este também é o momento marcado, no Brasil pelo desenvolvimento de projetos com o objetivo de ‘criar a nação’, construir uma nação moderna. Segundo ela “a idéia de nação sugere a instalação de uma comunidade modernamente inventada, que se concretiza em símbolos, práticas, comportamentos e valores firmemente ancorados na vida social” (MOTTA, 1992, p.2). A autora refere-se à construção de um universo nacional capaz de organizar o espaço público em um processo de constituição de identidades que implica em acentuar os traços de semelhança e homogeneidade.

Talvez o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno que incidem em nova Iguaçu, e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável alguns aspectos da vida social (HOBSBAWN, RANGER, 1997, p.10) seja na realidade uma reação à fluidez da modernidade.

Os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é o que está presente na cena; a forma visível do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza (GIDDENS, 1997, p. 27) As organizações modernas são capazes de conectar o local e o global de formas que seriam impensáveis em sociedades mais tradicionais, e, assim fazendo, afetam rotineiramente a vida das pessoas que vivem nas comunidades (GIDDENS, 1997, p. 28)

Do mesmo modo, partindo do pressuposto de que as idéias estão em movimento contínuo, percebemos que os indivíduos participantes da fração de classe economicamente dominante em nova Iguaçu – os citricultores – se utilizam do *repertório* de teorias da modernidade disponíveis naquele momento para tentar se firmar enquanto classe política dominante, e em embate no campo político configurado em nova Iguaçu.

Neste artigo nos utilizamos da idéia de repertório utilizado por Angela Alonso. Segundo ela:

Repertório político intelectual compartilhado é o conjunto de recursos intelectuais disponíveis numa dada sociedade em certo tempo: padrões analíticos; noções; argumentos; conceitos; teorias; esquemas explicativos; formas estilísticas; figuras de linguagem, conceitos e metáforas, não importando a consciência teórica entre os elementos que o compõem. Seu arranjo é histórico e prático. (ALONSO: 2000, p. 46)

Entendemos ainda que esse repertório de modernidade (enquanto campo intelectual) passa a ser apropriado, quando os laranjeiros percebem que detém, a hegemonia econômica mas não a política, apesar de estarem em embate pelo poder dentro daquilo que Bourdieu denomina campo político. Segundo este autor, todo campo é o local de uma luta mais ou menos declarada pela definição dos princípios legítimos de divisão do campo. Em Nova Iguaçu esta divisão se dá entre aqueles que exercem a hegemonia do poder político oficial e não realizam investimentos no setor fruticultor (apesar de defenderem que são os responsáveis por conseguir investimentos para a indústria laranjeira) e os próprios fruticultores que se intitulam ligados ao progresso, por conseguirem o asfaltamento de ruas, a instalação de bancos e cartórios, à fundação do jornal Local, o ‘Correio da Lavoura’, símbolos relacionados à modernidade e principalmente por estarem ligados à ferrovia, cujos trilhos foi um dos vetores para o progresso da cidade.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALVES, José Cláudio de Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.

ALONSO, Angela. *Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração de 1870*. RBCS, Vol. 15, n. 44. Outubro de 2000

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão donacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

BERG, Tiago José. *Paisagem e hinos nacionais: uma narrativa da nação 1º SIMPGEO/SP, Rio Claro, 2008*

BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*, 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010

BRESCIANNI, Maria Stella M. *História e Historiografia das cidades, um percurso*. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed Unesp, 1991.

HOBBSBAWM, E. e RANGER, T. (org). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed. 1997.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: EdPUC-Rio, 1996.

MANCUSO, Maria Inês R. Memória, representação e identidade. In: Lucena, Célia, et alli. (orgs) *Discutindo Identidades*. São Paulo: Humanitas/CERU, 2006.

PEREIRA, Waldick. *Cana Café e Laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. FGV-SEEC-RJ, 1977.

REVEL, Jacques. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

SIMÕES, Manoel Ricardo, *A cidade estilhaçada. Reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Entorno 2007.

SOARES, M. T. S. Nova Iguaçu: a absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 24, n. 2, abril-junho de 1962.

SOUZA, Sonali Maria de. Memória dos Laranjais na cidade dos loteamentos. Considerações sobre os Efeitos sociais da urbanização em Nova Iguaçu no período 1950-1970. In: TORRES, Gênesis (org). *Baixada Fluminense: a construção de uma história*. São João de Meriti-RJ: IPAHB Ed, 2004